

## PROJETO DA OBRA “PERFIL PARLAMENTAR DE MAURÍCIO GRABOIS”

### 1 -- OBJETIVO DESTE PERFIL

Resgatar a memória e retratar a atuação parlamentar e política de MAURÍCIO GRABOIS, deputado eleito para a Câmara dos Deputados em 1945, pelo PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, destacado dirigente do partido (então denominado pela sigla PCB) durante a clandestinidade estado-novista, ex-dirigente estadual do Partido na Bahia e o segundo deputado mais votado da bancada do Distrito Federal (na época, o Rio de Janeiro) com 15.243 votos.

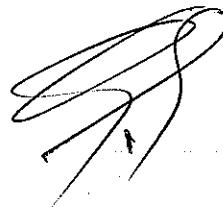
MAURÍCIO GRABOIS foi líder da bancada do PCB – que se pautou pela defesa dos interesses dos trabalhadores, das forças progressistas e do aprofundamento da democracia. Um dos momentos fundamentais da trajetória de luta dos comunistas brasileiros foi a participação da bancada do Partido Comunista do Brasil na Assembleia Constituinte de 1946 onde, pela primeira vez na história política do país, uma representação parlamentar comunista teve direito à existência legal. Composta por 14 deputados e um senador, essa bancada era minoritária numa Assembleia Constituinte dominada por grandes partidos conservadores (PSD e UDN), representativos de vários segmentos da classe dominante e da burocracia de Estado, como bem caracterizou o cientista político Sérgio Braga, professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná.

Para melhor compreendermos a atuação comunista na Assembleia de 1946, é preciso lembrar que a Constituinte foi convocada e funcionou após o término do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, na qual as forças democráticas do mundo impuseram uma derrota ao bloco nazifascista. Sem compreender esse contexto, não se pode entender a participação da bancada comunista na Constituinte, e a feroz reação conservadora que a acompanhou, e que culminou com a cassação do PCB em maio de 1947 e dos mandatos de seus parlamentares em janeiro de 1948, inclusive o de MAURÍCIO GRABOIS.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL era a quarta maior força política da Assembleia Constituinte de 1946; não obstante ter tido cerca de 8,6% dos votos válidos, sua bancada era integrada por 1 senador e 15 deputados, totalizando 4,7% dos 338 constituintes (computados titulares e suplentes) que participaram do processo de elaboração constitucional (5). O PCB elegeu parlamentares em seis unidades da federação (Bahia, Pernambuco, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul), sendo que a maior parcela de seus membros ( $10/16 = 62,5\%$ ) estava concentrada na região Sudeste.

MAURÍCIO GRABOIS foi o líder da bancada comunista na Constituinte, e o primeiro entre todos os constituintes a ocupar a tribuna, protestando contra a presença do ministro do Superior Tribunal Eleitoral, Valdemar Falcão, na presidência das “Sessões de Instalação” da Assembleia.

A bancada comunista apresentou 180 emendas e apontou vários aspectos reacionários do Primitivo Projeto em discussão, dentre os quais: 1) negação do direito de voto aos soldados e analfabetos; 2) o não estabelecimento do critério estritamente proporcional



162  
J

na organização do sistema eleitoral; 3) a falta de autonomia política aos municípios e a proibição da realização de eleições diretas para a escolha dos governantes em várias cidades importantes; 4) ausência de separação entre a Igreja e o Estado e a excessiva influência do clero católico conservador na redação dos dispositivos constitucionais; 5) o não reconhecimento incondicional do direito de greve.

Por outro lado, nas 180 emendas que apresentaram, os comunistas sugeriram várias modificações eliminando aspectos conservadores do Primitivo Projeto, emendas estas que constituem uma verdadeira Constituição alternativa. Elas foram, na maior parte, rejeitadas pelos Constituintes ou indeferidas pelo presidente da Assembleia, Fernando de Melo Vianna (PSD/MG), que concentrava tal prerrogativa. No entanto, permanecem como documento do caráter avançado e progressista da luta empreendida pelos comunistas naquele parlamento conservador. Os comunistas defenderam a implantação do parlamentarismo; a extinção do cargo de vice-presidente da República; a laicidade do ensino nas escolas públicas; a ampla liberdade de crença e o livre exercício de cultos; a instituição do divórcio; o fortalecimento das prerrogativas legislativas do Congresso Nacional comparativamente ao Executivo; os mandatos de 2, 4 e 6 anos para deputados, presidente da República e senadores, respectivamente; a concessão ao Estado da faculdade de desapropriar as terras que fossem objeto de especulação nas zonas de maior densidade demográfica para fins de Reforma Agrária; a re-inversão em território nacional dos lucros obtidos pelas empresas estrangeiras concessionárias de serviço público; a transferência do Senado para a Câmara dos Deputados da competência para autorizar a intervenção federal nos Estados; a participação dos trabalhadores no lucro e na gestão das empresas; a proibição do trabalho a menores de 14 anos e do trabalho noturno em indústrias insalubres a menores de 18 anos; a organização paritária da Justiça do Trabalho e sua extensão aos trabalhadores do campo; a ampla autonomia e liberdade sindicais; a jornada de trabalho máxima de 8 horas; a autonomia político-administrativa do Distrito Federal; a regulamentação da formação de trustes, cartéis, e outras formas de exploração dos consumidores; a nacionalização dos trustes e monopólios que ameaçassem a independência nacional; a proibição aos parlamentares de aceitarem comissões ou empregos remunerados em trustes ou monopólios privados logo após o término dos mandatos; a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo; a adoção de medidas para o desenvolvimento da pequena propriedade e distribuição dos latifúndios; a adoção de várias medidas favoráveis ao aumento da capacidade de arrecadação tributária dos municípios; a consignação de verba para a distribuição de lotes aos camponeses sem terra; a dissolução imediata de todas as polícias remanescentes do Estado Novo; a concessão do direito de greve aos funcionários públicos; a eleição dos ministros do Supremo Tribunal Federal pela Câmara dos Deputados; a eliminação da necessidade de sanção presidencial para as leis promulgadas pelo Congresso Nacional; a eleição do alto comando das Forças Armadas pela Câmara dos Deputados; a garantia de asilo a todos os perseguidos políticos por defenderem a causa da democracia; a supressão da necessidade de censura prévia para a publicação de livros e periódicos; a extinção do Senado Federal e a implementação do unicameralismo, dentre outras propostas. Posicionaram-se também contra a indissolubilidade do vínculo matrimonial; a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional; a proibição de eleições diretas no Distrito Federal, nas capitais dos Estados, e nos municípios considerados de "Segurança Nacional"; qualquer tipo de limitação ao direito de greve; a figura jurídica do "estado de sítio preventivo"; a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas; a proibição do direito de voto aos soldados, sargentos e analfabetos;

extensão dos tribunais militares aos civis em caso de crimes contra a segurança interna, dentre inúmeras outras sugestões à Constituição.

Embora, a maior parte das propostas comunistas fossem rejeitadas, a bancada do PCB logrou obter aprovação para algumas delas, como, por exemplo, as de n. 2277, de Batista Neto (PCB/DF), estipulando que o trabalho noturno teria maior remuneração que o diurno; n. 3195, de João Amazonas (PCB/DF), acrescentando "Higiene e Segurança do Trabalho" ao elenco de recomendações a serem observadas pela legislação trabalhista; n. 3134, de Maurício Grabois (PCB/DF), proibindo a extradição de estrangeiros casados com brasileiros ou que tivessem filhos de brasileiros natos; n. 2890, de Alcedo Coutinho (PCB/PE), determinando a transferência para os municípios de 10% do total do imposto de renda arrecadado pela União; e a de n. 2850, de Jorge Amado (PCB/SP), isentando de tributos a importação de livros, periódicos e papel de imprensa, tendo também sido aprovada outra emenda de sua autoria assegurando ampla liberdade religiosa e de culto.

As emendas dos parlamentares de todos os partidos serviram de base à elaboração do Projeto Revisto da Constituição, que passou a ser discutido no plenário. Do ponto de vista de seu conteúdo, o Projeto Revisto manteve os dispositivos mais conservadores do anteprojeto, o que levou o deputado Caires de Brito (PCB/SP), em nome da bancada comunista, a ler o "Manifesto da Comissão Executiva do Partido Comunista por uma Constituição Democrática" (XX, 340, 344), apresentando dez sugestões básicas (todas rejeitadas) feitas pelo PCB à Constituição, tais como: 1) completa autonomia municipal com eleição direta pelo povo de todos os prefeitos e conselhos municipais; 2) direito de voto assegurado a todos, inclusive aos analfabetos, sodados e marinheiros; 3) instituição do sistema parlamentarista de governo e imediata extinção do Senado Federal; 4) mandatos de curta duração (4 anos para presidente, 2 para deputados e, em caso de permanência do Senado, 6 anos para senador); 5) contra qualquer limitação ao direito de reunião e de associação política; 6) pela definição clara e precisa, sem subterfúgios, dos "direitos sociais" e contra o estabelecimento de quaisquer restrições ao direito de greve; 7) por um novo conceito de propriedade que colocasse os interesses sociais acima dos interesses privados, possibilitando assim a realização de uma ampla reforma agrária e a implementação de medidas contra os trusts e monopólios; 8) revisão imediata de todos os contratos de exploração de minas e concessão de serviços públicos feitos pelo governo brasileiro com empresas nacionais e estrangeiras; 9) contra qualquer tentativa de incluir na Constituição dispositivos que permitissem a decretação do "estado de sítio preventivo"; 10) anistia ampla e irrestrita a todos os civis e militares punidos por crimes políticos no Brasil.

Fazendo um balanço da atuação dos comunistas na Constituinte de 1946, vimos que ela pautou-se pela defesa dos interesses dos trabalhadores e das forças progressistas em geral, e a luta pelo aprofundamento da democracia e das liberdades políticas com o fito de: a) possibilizar a adoção de um modelo de desenvolvimento social que viabilizasse, mesmo dentro dos quadros do capitalismo periférico brasileiro, um crescimento econômico baseado na afirmação da soberania nacional e na correção progressiva das desigualdades sociais, sendo a realização de uma ampla Reforma Agrária um componente fundamental desse processo; b) criasse um quadro político-jurídico mais democrático, e favorável ao fortalecimento progressivo da organização partidária dos comunistas, com vistas à luta ulterior pela implantação do socialismo.

154

Entretanto, a natureza avançada e progressista da plataforma comunista na Constituinte de 1946, entrou em conflito com a natureza atrasada e retrógrada do sistema político brasileiro da época e com os setores das classes dominantes que detinham a hegemonia no governo Dutra. Tal contradição foi um dos determinantes da cassação do Partido Comunista do Brasil em 1947. Numa das operações jurídico-políticas mais vergonhosas da história política brasileira, o PCB foi cassado logo após o término da Constituinte. O sistema político brasileiro (e os setores das classes dominantes beneficiados pelo funcionamento objetivo de tal sistema), ainda não havia amadurecido o suficiente para admitir a coexistência com uma força avançada como os comunistas. Esse caráter avançado atesta-se pelo fato de que muitas das propostas defendidas pelos comunistas em 46 só vieram a ser adotadas cerca de 40 anos depois, na Constituição de 1988, sendo que muitas delas (como, por exemplo, a Reforma Agrária) continuam ainda como bandeiras das forças progressistas do país nesse final de século XX.

## 2 -- ESTRUTURA DA OBRA

O livro deverá ser composto de

- a) Uma APRESENTAÇÃO, que será elaborada pelo deputado federal ASSIS MELO, do PCdoB do Rio Grande do Sul.
- b) A senadora VANESSA GRAZZIOTIN, representante do PCdoB pelo Estado do Amazonas, deverá redigir um PREFÁCIO.
- c) A seguir teremos uma BIOGRAFIA POLÍTICA, elaborada pelo jornalista e pesquisador OSVALDO BERTOLINO, membro da Fundação Maurício Grabois e editor do Portal desta instituição. Bertolino escreveu os livros “Testamento de Luta”, sobre a vida de Carlos Danielli e da obra “Maurício Grabois, uma vida de combates”.
- d) A segunda parte do livro consta de uma análise da atuação propriamente parlamentar de MAURÍCIO GRABOIS, com uma edição dos principais discursos e debates protagonizados por ele durante o período da Constituinte de 46/47, pelo coordenador do livro, jornalista PEDRO DE OLIVEIRA. Foi coordenador de outro Perfil Parlamentar já editado pelo CEDI, envolvendo a atuação parlamentar do deputado federal constituinte JOÃO AMAZONAS e de outras obras como “Socialismo do Século XXI”, sobre a trajetória política de João Amazonas e de “Ideias e Rumos”, com artigos e discursos de Renato Rabelo, presidente do Partido Comunista do Brasil. Pedro Oliveira é jornalista desde 1968, quando participou da primeira equipe de redação da Revista Veja, em São Paulo. Foi Editor da revista até o ano de 1984. Em seguida assumiu a responsabilidade jornalística da edição da Revista Princípios, revista de teoria, política e informação, até os dias atuais.
- e) O livro deverá ter também um texto escrito pelo presidente da Fundação Maurício Grabois – Adalberto Monteiro -- sobre sua atuação política.
- f) Estamos tentando conseguir igualmente uma opinião sobre a atuação especificamente parlamentar durante a Constituinte de 46 elaborada pelo Cientista Político da Universidade Federal do Paraná Sérgio Braga.
- g) Algumas fotos significativas e ilustrativas dos principais acontecimentos retratados no livro serão inseridas na diagramação.

## 3 -- CAPTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

S

A principal fonte de informações que será utilizada na elaboração desta obra será a publicação do Diário do Congresso Nacional, com os pronunciamentos do Deputado MAURÍCIO GRABOIS de 1946 a 1948, fornecidos pelo Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação – CORPI.

Outras fontes de informação serão utilizadas, como o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, o Instituto Edgard Leuenroth, entre outras instituições consagradas. Serão captados, também, depoimentos de personalidades ligadas à atividade do deputado constituinte em questão.

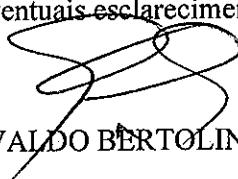
#### 4 -- CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O prazo de elaboração da obra será de 180 dias, podendo ser antecipado.

1<sup>a</sup>. Etapa: Compreende a pesquisa preliminar, organização e apresentação do projeto do livro dentro dos parâmetros estabelecidos pelo CEDI, levando em conta o Manual elaborado por ele. Este trabalho poderá exigir alterações e ajustes a serem determinados pelo CEDI. Nesta etapa será liberada a quantia de 6 mil reais (R\$6.000,00) a ser cumprida até 60 dias após a data da Carta-Contrato.

2<sup>a</sup>. Etapa: seleção, organização, digitação dos textos e digitalização das ilustrações e fotos (formato TIFF); a redação do ensaio político-biográfico; entrega definitiva dos originais, conforme especificações do item 6 da Carta-Contrato – correspondente ao valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), a serem cumpridos 120 dias após o aceite da etapa anterior.

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos,

  
OSVALDO BERTOLINO

CPF.....026 065 658-79

RG.....14.486.305-4

TELEFONES.....2947-1836 - 9502-8686 (11)

ENDERÉCO ELETRONICO.....osvaldo.bertolino@gmail.com

